

Delfim quer melhores condições

O Brasil vai tentar obter condições pelo menos iguais às concedidas pelos bancos à Argentina em seu novo acordo com os credores externos, atualmente em renegociação. Foi o que disse ontem o ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, em entrevista ao jornal Financial Times, em Londres. Segundo Delfim Netto, com o sucesso na implementação do seu programa de ajuste, o Brasil tem condições de conseguir um refinanciamento em termos "mais generosos" de sua dívida externa, com juros menores e prazos maiores.

"Os bancos sabem que as pessoas que estão fazendo melhor devem receber pelo menos o mesmo tratamento que as pessoas que estão fazendo pior", afirmou Delfim Netto. Ele destacou a grande melhora no balanço de pagamentos do Brasil, cujo déficit deverá bairar de US\$ 15 bilhões em 1982 para US\$ 6 bilhões neste ano, e sugeriu que "os

bancos observem o que estamos fazendo e comprendam que temos necessidade de mais cooperação e melhores condições para solucionar nosso problema da dívida".

As declarações do ministro Delfim Netto, em Londres, coincidiram ontem com uma série de manifestações de autoridades brasileiras sobre a necessidade de o País obter melhores condições em suas negociações externas. O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, que na última sexta-feira disse que "os Estados Unidos brincam com fogo" ao induzir a elevação das taxas de juros, embarcou ontem à noite para Washington, onde participa, a partir de hoje, da reunião do Comitê Interino do FMI.

Em Washington, como relata de Brasília a editora Cláudia Safatle, Galvães vai pedir ao FMI que exerça o seu papel de "surveillance", ou seja, que fiscalize mais efetivamente as economias dos países desenvolvidos. O déficit fiscal norte-americano, previsto para US\$ 200 bilhões, segundo Galvães, é uma ameaça de novas elevações nas taxas de juros internacionais. O ministro da Fazenda vai reunir-se com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière. "Se esta reunião não der resultado, resta-nos apenas rezar", disse o chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, Tarçisio Marciano da Rocha.

Na verdade, o Brasil enfrentará sérias dificuldades para contornar os enormes problemas que uma continua elevação dos juros traria para as contas externas brasileiras. Ainda hoje, começa a circular em Paris um extenso relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização que reúne os países industrializados, sobre as dívidas do

Terceiro Mundo. O Brasil, segundo o relatório, encerrou o ano passado com um débito de US\$ 97 bilhões, incluindo US\$ 15 bilhões de curto prazo (os relatórios do Banco Central do Brasil falam em US\$ 91 bilhões). Cada ponto percentual de aumento nas taxas de juros significa para o Brasil US\$ 593 milhões a mais em juros durante um ano, diz a publicação.

(Em seu relatório, a OCDE diz que o problema da dívida do Brasil foi consequência de investimentos insuficientemente produtivos e excessivamente ambiciosos, aliados a uma política inefficiente e onerosa de alocação de recursos. Além disso, teria havido uma escala de captação de empréstimos do exterior claramente em descompasso com uma economia cujas exportações são inferiores a 10% do PIB, deixando pouca margem de manobra para enfrentar as altas de juros ou condições comerciais adversas.)

(Ver página 2)

Se a alta dos juros persistir, na opinião do vice-presidente do Banco de Boston, Friedrich Wagner, que participou de encontro de banqueiros ontem em São Paulo, o Brasil dificilmente conseguirá cobrir o serviço de sua dívida externa. Iguais preocupações foram manifestadas pelo presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, ouvido em Brasília pela editora Célia de Gouvêa Franco. Ele disse que a "pálida tendência" de recuperação da economia brasileira poderá ser interrompida pela elevação dos juros. Só o recente aumento de taxas — a "prime rate" subiu de 11 para 11,5% a 19 de março e para 12% na última quinta-feira — já consumiu o superávit comercial de um mês, lembrou Colin.

(Ver páginas 2 e 18)